



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012105-84.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento**
Requerente: **Hugo Henrique Lanzi Saulino**
Requerido: **Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido contratado pelos três primeiros réus para prestar-lhes serviços, o que se implementou sem que recebesse a totalidade do valor ajustado para tanto.

Almeja à condenação dos réus (inclusive do quarto réu porque foi o beneficiário final daqueles serviços) ao pagamento da importância a que entende fazer jus.

A primeira preliminar arguida na contestação de fls. 87/93 não merece prosperar.

Com efeito, mesmo que se reconheça a discrepância entre os fatos trazidos à colação e o pedido formulado, transparece certo que o propósito do autor era o de ajuizar ação de cobrança, tal como denominou a fl. 01.

É relevante assinalar, ademais, que o procedimento imprimido ao feito restou compatível com esse desiderato, não se cogitando daquele próprio da ação monitória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Significa dizer que a despeito da incongruência referida de início foi possível extrair o que na verdade o autor buscava independentemente até da emenda de fls. 107/108, não se vislumbrando prejuízo algum aos réus.

A conclusão fica reforçada pela análise da situação posta à luz dos princípios informadores do Juizado Especial Cível, em especial os da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, de sorte que rejeito a prejudicial suscitada no particular.

Outra é a alternativa relativamente à segunda preliminar.

Isso porque restou patenteado que a contratação do autor não se deu pela ré **VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A**, apontando para essa direção o próprio relato exordial.

Inexiste qualquer liame jurídico entre o autor e essa empresa e bem por isso ela não poderia ser chamada a responder pelas obrigações contraídas pelos corréus no desempenho de suas normais atividades.

A circunstância de beneficiar-se dos serviços ajustados com o autor não modifica o quadro delineado porque por si só de um lado não a vincula a ele e, de outro, não encerra solidariedade que promana da lei ou de contrato.

Assim, reconhece-se que a ré não ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

No mais, os demais réus são revéis.

Citados regularmente (fls. 75, 77 e 109), eles não compareceram à audiência realizada (fl. 112) e tampouco ofertaram contestação.

Limitaram-se a apresentar a manifestação de fl. 111 desacompanhada de um só indício que justificasse a sua ausência à audiência e em seguida permaneceram inertes, motivo pelo qual se reputam verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Como se não bastasse, os documentos que instruíram a petição inicial respaldam suficientemente a versão nela contida, de sorte que não há dúvidas quanto aos aspectos fáticos submetidos a análise.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida em face dos três primeiros réus.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para extinguir o processo sem julgamento de mérito em face da ré **VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, e para condenar os demais réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 5.040,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 01 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**